

PARECER TÉCNICO

PARECER: Nº. 035/2018/CGM/PMMR

INTERESSADO: CPL

PROCESSO LICITATORIO: Nº 9/2018-00013-PP/SMS

ASSUNTO: Solicitação de análise e parecer técnico quanto ao processo de PREGÃO PRESENCIAL e a contratação das empresas, vencedoras do Processo Licitatório Nº **9/2018-00013-PP/SMS**, referente à aquisição de materiais permanentes, descrito nas proposta nº 12051.023000/1170-14, do Ministério da Saúde, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde do Município de Mãe do Rio Pará. Com enquadramento no Artigo 38 da 8666/93.

I – DA ANÁLISE E PARECER

Foi encaminhado ao Controle Interno, nesta data, o processo em referência, para fazer a análise e emitir Parecer, quanto aos aspectos da formalização dos processos, observados de acordo com a Lei Nº 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei nº 8666/93 e Decretos Federais nº 7.892/2013 e 8.250/2014 e pela Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações, e no que se refere aos contratos:

-
- Nº **20180378** no valor de R\$48.798,00, empresa NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, CNPJ Nº05.048.534/0001-01;
- Nº **20180377** no valor de R\$92.117,00, empresa P. G. LIMA COM EIRELLI - EPP, CNPJ Nº16.493.764/0001-61;
- Nº **20180379** no valor de R\$48.798,00, empresa BOM BONS E DESCARTAVEIS EIRELI, CNPJ Nº01.580.769/0001-99;
- Nº **20180376** no valor de R\$50.993,00, empresa VIA FORTE DISTRIBUIDORA LTDA - ME, CNPJ Nº26.879.526/0001-87;
- Nº **20180380** no valor de R\$21.990,00, empresa BRAGANTINA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ Nº07.832.455/0001-12;
- Nº **20180381** no valor de R\$70.763,00, empresa L.C. DO R. SILVA COM. E SERVIÇOS - EPP, CNPJ Nº14.202.227/0001-24;

Todos, contratos firmados nomeadamente as cláusulas e itens que dizem respeito à organização e formalização geral do processo, dos autos dos contratos e das demais documentações do processo em análise. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão. Visando a orientação do Administrador Público, lembrando ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser encaminhado por escrito a controladoria, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório nos autos encaminhados pelo Departamento de Licitação.

II – DA CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, esta Controladoria **RECOMENDA** o prosseguimento do processo, conforme a Lei N° 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei n° 8666/93 e Decretos Federais n° 7.892/2013 e 8.250/2014 e pela Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações. Há visto que não houve nenhum vício na tramitação do processo.

É o Parecer, S.M.J.

Mãe do Rio 09 de maio de 2018.

Cynara Cerqueira Lima
Controladora Geral do Município